

Representações Sociais Da Agricultura Familiar No Portal NSC¹

Diana Mannes KOCH²

Terezinha SILVA³

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC

RESUMO

A pesquisa aqui apresentada está inserida em um contexto em que a movimentação social, a criação de políticas públicas e a produção de investigações acadêmicas acerca da agricultura familiar têm crescido pouco a pouco nos últimos 30 anos. A década de 1990 no Brasil foi marcada por um movimento muito forte por parte da sociedade civil e segmentos do poder público para legitimar a agricultura familiar, o que resultou nas primeiras políticas públicas voltadas às necessidades específicas dos sujeitos rurais, de acordo com os seus respectivos negócios. A criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar (PRONAF) foi um dos acontecimentos marcantes que ocorreram na década, com resultados importantes na linha de crédito, infraestrutura e serviços municipais em favor das atividades agrícolas. Além disso, o PRONAF representa o reconhecimento do Estado brasileiro sobre as especificidades de uma nova categoria social - os agricultores e agricultoras familiares -, que até então era apenas denominada por termos genéricos como pequenos produtores, produtores de baixa renda ou agricultores de subsistência. Com o avanço dessas discussões, em 2006 foi promulgada a Lei da Agricultura Familiar, a Lei Federal 11.326 de julho de 2006 (BRASIL, 2006, p. 1), que já recebeu atualizações em 2009 e 2011 para incluir outros grupos, como indígenas e quilombolas. Atualmente, 77% dos estabelecimentos rurais no Brasil se enquadram na legislação, ou seja, 3,9 milhões de propriedades são classificadas como da agricultura familiar e correspondem a 23% da área de todos os estabelecimentos rurais do país (IBGE, 2017). Segundo informações do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), a atividade envolve

¹ Trabalho apresentado na DT 1 – Jornalismo do XXI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 16 a 18 de junho de 2022.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da UFSC e Bolsista Capes, email: dianakoch.jor@gmail.com.

³ Orientadora do trabalho. Doutora em Comunicação pela Universidade Federal de Minas Gerais e Université Paris Nanterre (cotutela), professora do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGJOR/UFSC), e-mail: terezinhasilva@yahoo.com.br.

aproximadamente 4,4 milhões de famílias e é responsável por gerar renda para 70% dos brasileiros no campo. Esses agricultores e agricultoras são responsáveis por produzir cerca de 70% do feijão nacional, 34% do arroz, 87% da mandioca, 60% da produção de leite e 59% do rebanho suíno, 50% das aves e 30% dos bovinos. Santa Catarina é o estado com o quinto maior valor de produção provenientes da agricultura familiar, com R\$ 10,38 bilhões. Cerca de 78% das propriedades rurais do estado são deste modelo, ocupando 364 mil catarinenses e 2,45 milhões de hectares cultivados (IBGE, 2017). No entanto, apesar do Censo Agropecuário apontar a importância e a potência do trabalho agrícola familiar, é possível observar que sentidos negativos ainda são construídos e/ou reproduzidos com frequência pelos meios de comunicação para se referir à essa atividade. Numa rápida análise dos conteúdos midiáticos é possível destacar que os sentidos associados à agricultura familiar partem principalmente da relação com o agronegócio. Ao mesmo tempo que projeta uma imagem de desenvolvimento, apresentando sentidos favoráveis à mecanização da agricultura e às novas tecnologias, a mídia constrói sentidos negativos sobre a agricultura familiar, descrita como uma atividade atrasada, que apenas gera pobreza, sacrifício e sofrimento. Diante desse contexto, e em um cenário em que a grande mídia vende a imagem de sucesso do agronegócio, a exemplo da propaganda “Agro: a indústria riqueza do Brasil” da Rede Globo, essa pesquisa tem como objetivo identificar e analisar as representações elaboradas por narrativas jornalísticas acerca da agricultura familiar. Levando-se em conta a construção histórica da figura do agricultor e da agricultora e o importante papel da agroindústria para Santa Catarina, toma-se como objeto de estudo as representações sociais construídas pela cobertura jornalística catarinense sobre a agricultura familiar. Entendemos o jornalismo como uma prática de comunicação que participa da construção da realidade social através das notícias. Ou seja, ao produzir e colocar em circulação conteúdos noticiosos, o jornalismo contribui decisivamente para o processo de (re)construção de sentidos e representações acerca de temas, sujeitos, grupos e suas ações, sendo um importante espaço de observação das representações que estão em circulação na sociedade (FRANÇA, 2004). A partir desse entendimento, a pesquisa explora a questão: quais sentidos são produzidos pela cobertura jornalística sobre a agricultura familiar em Santa Catarina a partir das representações que constrói sobre essa atividade socioeconômica? O presente trabalho, que faz parte de uma investigação mais ampla, para dissertação de Mestrado, considera como *corpus* de

pesquisa 15 publicações jornalísticas do ano de 2017 divulgadas pelo portal NSC - escolhido por ser o principal grupo de mídia *mainstream* de SC. O ano de 2017 foi o escolhido para a presente análise por ser o período em que a RBS deixa de operar no Estado depois de 37 anos de atuação e conclui o processo de venda para o Grupo NC. Para responder ao objetivo proposto, adotamos o conceito de Representações Sociais de Serge Moscovici (2015) como operador metodológico, a partir do qual definiu-se um modelo para análise do material empírico. Tal modelo é composto pelas seguintes categorias ou dimensões analíticas: 1) *Temas* 2) *Atores* e 3) *Representações*. A primeira parte, 1) *Temas* e 2) *Atores*, corresponde a análise descritiva e visa observar os eixos temáticos e os atores em destaque dos materiais jornalísticos selecionados. A terceira dimensão se refere propriamente às 3) *Representações Sociais*, auxiliando na sua identificação e interpretação. As análises são realizadas considerando sobretudo cinco eixos temáticos a partir dos quais classificou-se as matérias jornalísticas do *corpus* da pesquisa. São eles: *Viabilidade econômica; Promoção da agricultura familiar; Dificuldades e reivindicações; Iniciativas sociais e/ou Políticas Públicas; Transformações sociotécnicas*. A definição desses eixos corresponde não apenas ao tema geral tratado nas notícias e reportagens que compõem o *corpus*, mas também às frequências e tendências que elas apresentam. Interessa-nos identificar e analisar, na cobertura jornalística da NSC, as representações que são construídas sobre os (as) agricultores(as) pelo portal e/ou pelos outros atores entrevistados. A análise preliminar indica que o portal NSC, ao abordar assuntos relacionados à viabilidade econômica da agricultura familiar (eixo 1), constrói representações da agricultura familiar como uma atividade moderna, eficiente e inovadora. Nesse eixo, percebe-se que a cobertura jornalística exalta de forma positiva o trabalho no campo, descrevendo os fatos com tom de celebração e entusiasmo, com agricultores felizes e otimistas com a alta produtividade e as boas estimativas do mercado. Ao produzir matérias que promovem a agricultura familiar (eixo 2), sobressaem representações que associam a atividade rural com a tradição e costumes passados ao longo de gerações. Sendo assim, predomina a ideia de uma atividade atrasada que não incorpora novas tecnologias e que permanece realizando os trabalhos de forma manual, construindo sentidos de escassez e de trabalho inadequado. Nota-se ainda que, nesse eixo, as matérias consideram que agricultores (as) são detentores de um determinado conhecimento e, nesse caso, possuem maior espaço para suas falas. E

é através desse viés que as matérias desse eixo procuram promover a agricultura, elaborando ideias de "produção orgânica", "produção agroecológica", e que "contribui para a preservação". Ao elaborar produções jornalísticas sobre as dificuldades e reivindicações (eixo 3) da agricultura familiar, observa-se que o fator climático é colocado como a principal dificuldade da atividade agrícola, sendo citado nas três matérias que compõem o eixo temático. Em duas delas, percebemos que predomina a ideia de que as intempéries são inevitáveis e de que o ser humano não tem relação com as intensas mudanças do clima, reforçando a ideia de que não fazemos parte do meio ambiente. Assim sendo, diante das incertezas e das dificuldades causadas pelo clima, os (as) agricultores (as) são entendidos (as) como sujeitos persistentes, fortes e batalhadores, capazes de suportar e superar os impactos dos fenômenos climáticos. Ao tratar sobre temáticas que envolvem as iniciativas sociais e políticas públicas (eixo 4), prevalece a ideia de que a agricultura familiar é uma atividade coletiva e sustentável com diversidade de produção. Duas das três matérias que compõem esse eixo temático falam sobre ações do MST e, nesses casos, predominam representações negativas por associar o movimento dos (as) agricultores (as) com "ocupação", "barracos", "acampados", "desempregada", "baixa renda" e "acampamento". Também se percebe a construção da imagem do (a) agricultor (a) como um sujeito batalhador, que vai à luta e que não desiste da profissão de cultivar a terra, mas também que não desiste de buscar seus direitos. Mesmo assim, prevalece em todas as matérias analisadas neste eixo a ideia de que são sujeitos ignorantes, distantes da realidade urbana, e de que não possuem capacidade e/ou conhecimentos para buscar políticas públicas. Neste sentido, a análise prévia de todo o *corpus* também sugere que há uma oposição entre rural (atraso) e urbano (moderno), assim como uma indistinção entre os conceitos (e práticas) de agricultura familiar e de agronegócio nas matérias. É interessante notar que, nas unidades analisadas, os/as jornalistas não diferenciam muito um termo do outro, ou sequer dedicam tempo e espaço para aprofundar a questão. Seja uma ação proposital ou, mais provável, resultado da falta de cuidado e atenção dos/das profissionais da comunicação, com uma certa naturalização de que tudo corresponde ao agro, como na propaganda da Rede Globo.

PALAVRAS-CHAVE: jornalismo; representações sociais; agricultura familiar; cobertura Jornalística; portal NSC.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto-lei no 11.326, de 24 de julho de 2006.** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 jul. 2006. Seção 1, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. Acesso em abril de 2021.

FRANÇA, Vera Regina Veiga. **Representação, mediações e práticas comunicativas.** In: PEREIRA, Miguel; GOMES, Renato Cordeiro; FIGUEIREDO, Vera Lúcia Follain de (Org.). Comunicação, representação e práticas sociais. Rio de Janeiro: Puc Rio; Ideias & Letras, 2004.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017:** resultados definitivos. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf. Acesso em março de 2022.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais** - investigações em psicologia social. Ed. Vozes, 11ª edição, Petrópolis, RJ, 2015.